

FILHOS EM CRECHES NO SÉCULO XXI E OS SENTIMENTOS DAS MÃES

Children in XXI century Day Nurseries and the Mothers' Feelings

*Lidia Natalia Dobrianskyj Weber*¹

*Carolina Silva Duarte dos Santos*²

*Cintia Becker*³

*Tatiana Pereira dos Santos*³

Resumo

A creche no Brasil vem sendo modificada de seu projeto original de guarda de crianças da classe pobre para o reconhecimento de uma instituição social com objetivos educacionais, o que possibilita condições para a inserção e manutenção da mulher-mãe no mercado de trabalho. O objetivo desta pesquisa foi identificar os motivos e sentimentos de mães, provenientes de dois níveis socioeconômicos distintos, que deixam seus filhos em creche. Participaram 67 mães que deixam seu filho em creches, as quais responderam a um questionário com perguntas abertas e fechadas elaborado para esta pesquisa. Os dados revelam que mães de maior nível socioeconômico têm grande expectativa em relação à gravidez mas preferem desenvolver, paralelamente à maternidade, sua carreira profissional. A maioria das mães de menor nível socioeconômico não planejou a gravidez e afirma que prefeririam ficar em casa a deixar os filhos em creche, alegando que “os cuidados da mãe são os melhores para o filho”. Nota-se que, por um lado, a decisão (ou necessidade) em deixar o filho em creche traz conseqüências positivas como realização profissional e/ou remuneração financeira e mesmo maior socialização da criança. Por outro lado, o cuidado do filho por terceiros ainda é percebido como inadequado, sendo que esta situação provoca sentimentos de medo e insegurança para a maioria das entrevistadas. No entanto, o sentimento de culpa aparece mais fortemente associado às mães de nível socioeconômico elevado, apesar de reconhecerem as qualidades socializadoras da creche. Para as mães de nível socioeconômico desfavorecido, trabalhar é uma questão de sobrevivência e não de escolha e, portanto, não gera tantos sentimentos de culpa.

Palavras-chave: Culpa materna; Creche; Maternidade.

¹ Professora da Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPR.

² Doutoranda em Educação pela UFPR e Mestre em Psicologia da Infância e Adolescência pela UFPR.

³ Graduandas do curso de Psicologia da UFPR.

Endereço para contato: Praça Santos Andrade, 50/1º - 80020-240. Curitiba - PR

E-mail: lidia@ufpr.br

Abstract

The purpose of crèches [day nurseries] in Brazil has changed from being simply a place for the care of lower class children, to recognition as a social institution with educational goals and at the same time enabling mothers to enter the labor market. This research paper discusses the reasons and feelings of mothers, from two different socioeconomic levels, who leave their children to the care of others whilst they are working. Sixty seven mothers participated by answering a questionnaire. The resulting data reveals that mothers from a higher socioeconomic level have a greater expectation concerning their pregnancy; and they prefer to develop their careers in unison with child bearing. Most of the mothers from a lower socioeconomic level have not planned their pregnancy and state that they would rather stay home than leave their children in a day nursery. The latter have the common opinion that, "a mother's care is best for the child". It is clear that the choice (or need) to leave a child to the care of others has positive consequences with respect to a mother's career development and consequential monetary earnings, as well as a benefit for the social integration of children. However, the care of the child by strangers is still seen as inappropriate and causes feelings of fear and insecurity for most of the interviewed women. The feeling of guilt appears to be particularly associated with those mothers of higher socioeconomic level, even though the socializing qualities of the centers are well recognized. For mothers of a lower socioeconomic level, work is a matter of survival and not an option; and therefore placement of their children in a day nursery does not generate as much guilt.

Keywords: Maternal guilt; Crèche; Day nursery; Maternity.

Ao longo da história, os cuidados infantis vêm acompanhando o viver cotidiano das mulheres como algo inerente ao seu papel social. Além disso, a preocupação com os primeiros anos de vida do bebê - período no qual a presença materna é dita fundamental, constante, responsiva e que a relação é prazerosa para a díade - acabam influenciando as práticas maternas, suas escolhas de cuidados e como a mãe se sente por ter que se afastar do seu bebê e enfrentar a tarefa de conciliar maternidade e vida profissional (Rapoport, 2003).

Segundo Hrdy (2001), muitos biólogos comportamentais pressupõem que a mulher normal é sempre uma mãe. Qualquer relutância ou falha em cuidar da prole, ou qualquer desvio da energia da mãe para outras atividades são encarados como patológicos. Todavia, Trindade, Andrade e Souza (1997) afirmam que é indispensável ter como cenário as transformações socioculturais ocorridas nas últimas décadas no que tange ao papel da mulher na sociedade ocidental, o que indubitavelmente acarretou modificações em diversos aspectos da vida dessa mulher e conseqüentemente de sua família.

Biologicamente, a palavra "maternidade" refere-se ao processo de conceber e dar à luz, assim como paternidade refere-se ao indivíduo que gera um filho. Não obstante, no Ocidente, o conceito de maternidade implica longa tradição de abnegação. A frase ilustrativa do *Oxford English Dictionary*, "sua caridade foi a causa de sua maternidade", para uma palavra em uso desde, pelo

menos, o século XVII, mostra a maternidade como um presente divino que implica absoluta devoção aos filhos (Hrdy, 2001).

A cultura tradicional transmite ainda, como um dogma, a idéia de que a maternidade é a realização indispensável da feminilidade. Balzac coloca as palavras "uma mulher sem filhos é uma monstruosidade" na boca da personagem Louise, protagonista das *Memoires des deux jeunes mariées*: "somos feitas apenas para ser mães" (Perrot, 1995). A imagem de boa mulher está sempre associada a uma mãe (Chira, 1998). Para isso, lembrou Motta (2001), contribuíram a psicologia e a sociologia pós-freudianas, que rechearam de argumentos a idealização do papel materno das mulheres na medida em que defendiam a importância do relacionamento mãe-filho como elemento crucial para o bom desenvolvimento da criança. A ideologia da maternidade nascida com a sociedade burguesa patriarcal conferia a todas as mulheres a faculdade natural de amar sem restrições e de cuidar da criança que concebeu, sob quaisquer condições. Diante deste prisma, Zamberlan e Alves (1997) argumentam que o papel assumido por muitas mães é o de criação e cuidados aos filhos, o qual envolve tarefas básicas que incluem aprender a cuidar do infante com competência, e prover oportunidades para seu desenvolvimento.

A imaturidade e fragilidade do recém-nascido humano demandam cuidados e proteção. As características do bebê - frequência e ritmo de sucção, regulação térmica, choro - e do leite materno,

permitem concluir que a evolução favoreceu o contato contínuo mãe-bebê (Rodrigues, 2000). Entretanto, não é, unicamente, atividade peculiar da progenitora. Nas espécies animais caracterizadas pela participação de outras fêmeas na criação dos filhos, os bebês desenvolvem-se mais depressa e as mães procriam num ritmo mais rápido quando há este auxílio (Hrdy, 2001).

Diante do tema, cabe esclarecer certa confusão histórica ligada ao termo família. Segundo Bilac (1995), o termo é derivado de *famulus* (escravo doméstico) e foi uma expressão inventada pelos romanos para designar um novo organismo social que surge entre as tribos latinas, ao serem introduzidas a agricultura e a escravidão legal. Esse novo organismo caracterizava-se pela presença de um chefe que mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e um certo número de escravos, com poder de vida e morte sobre todos eles. Desde então, o termo tem designado instituições e agrupamentos sociais diferentes, entre si, do ponto de vista de sua estrutura e funções. A variabilidade histórica da instituição família desafia qualquer conceito geral de família. A generalização do termo termina por ocultar as demais esferas da vida social, porque se tem como regra, em diversos países, que pais e seus filhos dependentes é que são uma família. Para Zamberlan e Alves (1997), a família é mantida pelo parentesco e relações interpessoais marcadas pela afeição, apoio e pela partilha de tarefas. Já Carvalho (1994), Sousa & Rizzini (2001) a consideram a mediação entre o indivíduo e a sociedade, produtora e reprodutora de cultura e ideologias.

Do ponto de vista histórico e cultural, a mulher sempre esteve mais presente ao filho por ter apenas as funções domésticas, passando assim o tempo todo com ele, enquanto o pai passava o dia trabalhando fora e cuidando do sustento da família. A mulher sempre foi desvalorizada, juntamente com as crianças e os estrangeiros, não possuindo direito algum perante a sociedade. Sendo assim, o único papel socialmente aceito que atribuía algum valor à mulher era o de mãe, o de educadora e responsável pela formação de seus filhos, assumindo que possuíam um instinto materno e que em prol de seus filhos deveria assumir sua criação. Tal instinto e responsabilidade tornaram-se a única característica na qual as mulheres eram consideradas superiores aos homens (Trindade, 1998).

É válido dar ênfase às citações de Hrdy (2001), as quais argumentam que, se após o parto, as mulheres sentissem uma irresistível compulsão para lamber o corpo do recém-nascido ou comer a placenta, como alguns símios fazem, poder-se-ia chamar de “padrões fixos de ação”. Somente essas respostas estereotipadas é que poderiam confirmar a crença de um componente inato no comportamento maternal em humanos.

Mudanças drásticas ocorreram nas famílias no século 20 - especialmente após a Revolução Industrial, envolvendo transformações do ponto de vista político, econômico e social, destacando a passagem de um sistema agrário, semifeudal e patriarcal a uma sociedade moderna, capitalista, industrial e urbana. Observou-se, conseqüentemente, um crescimento populacional acelerado, aparecimento de novos pólos urbanos, fluxo intenso de migrações internas e aumento das comunicações e transporte (Chira, 1998; Zamberlan & Alves, 1997). Todas essas mudanças refletiram-se sobre a família, onde a mulher, por necessidade, começou a deixar sua casa e ir trabalhar fora. Seus maridos iam para a guerra e as deixavam responsáveis pelo o sustento dos filhos. Logo, trabalhavam no lugar de seus maridos. A partir daí um novo cenário surgiu, onde as mulheres assumiram um novo papel e entraram maciçamente no mercado de trabalho.

Porém, como salientou Chira (1998), com o fim das guerras, os homens que sobreviveram voltaram para suas cidades e encontraram os seus trabalhos preenchidos por mulheres, ficando assim sem emprego, ou tendo que assumir outras funções.

Em 1950, a Organização Mundial da Saúde convidou John Bowlby para assessorar estudos na área de saúde mental de crianças sem lar. Desse trabalho resultou sua teoria do apego que mostra os efeitos nocivos da privação materna sobre o desenvolvimento da criança. A trilogia Apego, Separação e Perda gerou um grande número de pesquisas sobre o caráter fundamental do vínculo mãe-bebê para o desenvolvimento da criança (Kude, 1994).

Todavia, os pressupostos - do papel da mãe e das experiências precoces no desenvolvimento - foram criticados pelos próprios psicólogos do desenvolvimento. Segundo Rodrigues (2000), a mãe não é essencial para o desenvolvimento saudável da criança e os primeiros anos

não são necessariamente decisivos para o desenvolvimento de habilidades sociais e vínculos futuros. Há uma propensão para estabelecer laços emocionais íntimos com pessoas especiais desde o nascimento e esta persiste durante toda a vida. É visível que o bebê tem uma capacidade crescente para se engajar em interação social e sentir prazer com ela. Estas reações são percebidas como uma resposta adaptativa fundamental (Rapoport, 2003). Além disso, Kude (1994) salienta o fato de que toda pesquisa é um ato político, pois o conhecimento produzido pode ser usado por pessoas ou grupos para manipular outras. Sendo assim, é necessário parar e pensar sobre a real intenção destas pesquisas. As aqui mencionadas, especialmente, visaram a focalizar as prováveis consequências negativas da profissionalização da mãe para o desenvolvimento da criança. Esta maternidade essencial encontrou respaldo na ideologia pós Segunda Guerra, que objetivava a exclusão das mulheres do mercado de trabalho. Uma das estratégias utilizadas e citadas por Rodrigues (2000) foi a propagação da idéia de que as mulheres deveriam deixar os postos de trabalho, que seriam ocupados pelos homens que estavam retornando da guerra, e reassumir seus lugares como mães e esposas. Destarte, nesse momento histórico, as teorias que preconizavam a necessidade de a mãe se dedicar intensamente aos seus filhos encontraram condições sociais favoráveis para a sua difusão e ratificação.

Desde o fim da Segunda Guerra, o panorama continuou essencialmente o mesmo: reforçador da idéia da primazia da presença materna para o desenvolvimento pleno do filho, o que subentende a necessidade de tirar a mulher do mercado de trabalho. Entretanto, há, nas famílias de hoje, novos valores parentais em quase todas as sociedades industrializadas, como enfatizaram Zamberlan e Alves (1997). Isso significa que o sistema familiar está sendo permeável a novos valores, o que demanda a necessidade de se configurarem novos tipos de relações entre os familiares. A evidência de mudanças sociais na estrutura das famílias e de cuidados indica, historicamente, um conjunto de variáveis responsáveis. Essas envolvem a introdução da mulher no mercado de trabalho, o tempo em que ela fica fora do lar e a inserção dos infantes a cuidados alternativos (instituições ou outros cuidadores).

Paralelo à inserção da mulher na força produtiva, observou-se uma modificação nas relações mãe-filho. Segundo Zamberlan e Alves (1997), o ideário de mulher-mãe foi sucedido por atitudes menos extremistas de abnegação. Tais atitudes valorizavam as necessidades individuais das mães, bem como, algumas vezes, tinham caráter prioritário. Em detrimento, cabe ressaltar a concepção de Cervený e Berthould (1997) e Sousa e Rizzini (2001), os quais asseguram que a mulher vive, atualmente, as contradições decorrentes das ambivalências sociais e pessoais do trabalho fora de casa, relacionadas ao seu papel de mulher e de mãe, pois decidir se deixa os filhos sob os cuidados de centros alternativos de cuidados ainda mobiliza vários receios. Além disso, a entrada dos filhos em cuidados alternativos tem gerado controvérsias no meio científico e leigo. A revisão de literatura mostra que existem poucos estudos que exploram as atitudes dos pais em relação aos cuidados alternativos (Rapoport, 2003).

Assim, observa-se o sentimento de culpa - *a culpa materna*, por “abandonar” seus filhos enquanto trabalha. Com este sentimento, que é sempre aversivo, a mulher deixava de trabalhar (quando podia) e ia cuidar de seus filhos ou então, por necessidade, continuava seus serviços, mas carregava esse sentimento que está ligado à idéia de “abandono” dos filhos. É de valia citar o que o dicionário Houaiss (2001) relaciona ao termo “criar”. Este inclui os conceitos “cuidar”, “educar”, “tirar do nada”, “dar existência”, “gerar” e “nutrir”. A consulta ao dicionário corrobora ao sentimento anteriormente mencionado, uma vez que, segundo Sousa e Rizzini (2001), criar inclui o atendimento às necessidades básicas, materiais e emocionais da criança, bem como a transmissão de valores, princípios e conhecimentos universais. Para as autoras, na expressão popular “mãe é quem cuida” isso é observado, já que acaba prevalecendo a idéia de que cuidar é preferencialmente tarefa/função de mãe, levando aquela que não cuida a um sentimento de culpa. Para Rapoport (2003), todas as discussões sobre o impacto da separação mãe-bebê, enquanto este ainda é pequeno, acabam influenciando as práticas maternas, suas escolhas de cuidados e como a mãe se sente por ter que se afastar do seu bebê e enfrentar a sua tarefa de conciliar maternidade e vida profissional.

A mãe que não cuida diariamente de sua prole, muitas vezes, a deixa em instituições especi-

alizadas. Todavia, é digno de nota esclarecer que as primeiras instituições infantis, surgidas no período colonial, eram chamadas de hospitais para expostos e nesses ingressavam as crianças que os familiares não queriam criar. Foi no final do século XIX que algumas indústrias criaram as primeiras creches para atender os filhos dos operários, acreditando que atender bem os filhos deixaria o trabalhador mais satisfeito e, conseqüentemente, este produziria mais. As creches, os jardins de infância e as escolas maternais eram uma solução às mães que se encontravam inseridas no mercado de trabalho. A Constituição de 1988 confirmou a creche como uma instituição educativa, um direito da criança, uma opção da família e um dever do Estado (Rossetti-Ferreira, 1999).

Chega-se, então, a um ponto em que é necessário buscar a origem da culpa que as mães carregam até hoje. Os relatos anteriores mostram apenas um dos momentos históricos em que as mulheres tiveram que optar entre trabalhar ou cuidar de seus filhos, regidas pela culpa. Porém, cabe aqui a pergunta: “Em quais situações esta culpa aparece?”. A história da atuação da creche resultou na estigmatização desta instituição. Ainda predomina a idéia de que, ao longo dos três primeiros anos de vida, é mais saudável a mãe cuidar dos filhos, no ambiente doméstico. E, também, de que a creche é um equipamento precário de cuidados de crianças, essencialmente ligado à pobreza. A dominância destas concepções tem resultado em profundas contradições, além de despertar intensos sentimentos de angústia e culpa na mãe (Rossetti-Ferreira, 1999). Os sentimentos da mãe também podem estar permeados por suas representações sociais sobre a creche, pelos conceitos que traz de sua experiência de vida e que irão influenciar sua relação com a instituição, a forma como irá introduzi-la à criança e o significado que lhe será dado (Rossetti-Ferreira & Cols, 1994). Santos e Moura (2002) também salientaram que o processo de inserção do bebê e da criança à creche deve considerar as concepções maternas sobre a creche, suas crenças e valores sobre maternidade, seu papel nesse processo, bem como o papel das educadoras e da própria instituição como contexto de desenvolvimento para a criança. A mãe, segundo Rapoport (2003), é a pessoa mais importante para servir como facilitadora para que o bebê conheça e reconheça a creche como seu novo espaço, mas isso vai depender das concepções maternas sobre a creche.

A presente pesquisa pretendeu fazer um breve levantamento dos sentimentos das mães ao deixar seus filhos em creches, os motivos que as levam a deixá-los e também a expectativa da família ainda no período da gravidez. Esses fatores são pertinentes ao estudo da culpa materna, já que estão diretamente ligados ao desejo de ser mãe e posteriormente de cuidar de seus filhos.

Método

Participantes: fizeram parte da amostra desta pesquisa 67 mulheres que tinham pelo menos um filho com idade inferior a 6 anos. As mulheres foram classificadas em dois níveis socioeconômicos distintos: a) menos privilegiado, que caracterizava mães da classe trabalhadora e de nível de escolaridade primário e b) mais privilegiado, que caracterizava mães com nível de escolaridade superior e atividade profissional equivalente. Todas as mulheres entrevistadas deixavam seus filhos em creches (tanto creches públicas quanto berçários e maternais).

Material: foi elaborado um roteiro de entrevista com 26 questões abertas que investigavam sentimentos e opiniões sobre práticas educativas, papel da mulher e creches. Para a análise final, foram utilizadas apenas 5 questões pertinentes ao tema abordado no presente trabalho.

Procedimento: as entrevistas com as mães foram realizadas individualmente, sendo que as respostas e todos os comentários eram anotados na íntegra pelos entrevistadores. A codificação e análise de dados foram feitas pelo método da análise de conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin (1977).

Resultados e Discussão

Quanto ao planejamento familiar, verificou-se que nas famílias de nível socioeconômico elevado, 85% das mulheres planejaram a gravidez, contra 46% das mulheres de nível socioeconômico baixo.

As entrevistas revelaram que o planejamento familiar foi algo mais vivenciado pelas famílias de melhor situação financeira. Estes casais

possuem mais recursos de prevenção para não engravidar ou ainda para criar seus filhos em ótimas condições, fatores estes que hoje em dia são determinantes para a escolha de se ter um filho.

Com base nas respostas, foram encontrados quatro sentimentos mais freqüentes em relação ao fato de deixar seus filhos em uma creche para poderem exercer uma atividade profissional.

1. *Culpa.* Os dados mostram que 22% das mães com maior nível de escolaridade afirmaram sentir culpa em relação ao fato de deixar seus filhos em berçários ou maternais. Um número maior de participantes, 40%, afirmaram que deixariam de trabalhar para ficar em casa cuidando de seus filhos, apesar de ressaltarem que a realização profissional é de extrema importância assim como a interação social da criança com seus pares.

As mães de menor nível socioeconômico relataram que os cuidados maternos são sempre melhores para os filhos que os cuidados das funcionárias das creches e 84% afirmaram que, se pudessem, deixariam de trabalhar para ficar em casa com os filhos. Apenas 3% dessas mães afirmaram sentir-se culpadas por deixar seus filhos em creches.

Os dados das mulheres de diferentes níveis socioeconômicos são contrastantes e as diferenças podem estar relacionadas aos motivos que levam cada mãe a trabalhar. As mulheres que já têm uma boa situação financeira podem trabalhar apenas para a sua realização pessoal, enquanto as mães de baixo nível socioeconômico trabalham por necessidade financeira, ou seja, para algumas mulheres trabalhar é uma escolha, e para outras é uma necessidade de sobrevivência. Desta forma, o sentimento de culpa aparece com muito maior freqüência em mulheres economicamente mais privilegiadas que, supostamente, te-

riam a possibilidade de escolher cuidar pessoalmente de seus filhos.

Culturalmente, os cuidados maternos são considerados os melhores para as crianças, e, historicamente, construiu-se a idéia de que a função da mulher era cuidar do lar e de sua prole. Quando as mulheres passam a trabalhar fora – seja por desejo próprio ou por necessidade – ou estudar, os cuidados com sua casa e com sua família acabam sendo delegados em parte a outra pessoa e surge então uma cobrança por parte da sociedade para que ela volte a exercer sua função de mãe e dona de casa integralmente. O sentimento de culpa pode surgir em função desta cobrança, uma vez que estas mulheres aprenderam que os cuidados maternos são insubstituíveis.

Ao indagar às mães se prefeririam ficar em casa cuidando de seu filho ou trabalhar, elas responderam:

“Que pergunta boba. Qual a mãe que, se pudesse escolher, escolheria ficar longe dos filhos? Eu queria poder ficar com ela o tempo todo, aproveitar para brincar e passear, mas não dá. Eu tenho que trabalhar, e eu sei que, quando ela crescer ela vai entender que se eu não ficava o tempo todo com ela era porque eu estava lutando para dar uma vida melhor para ela.”

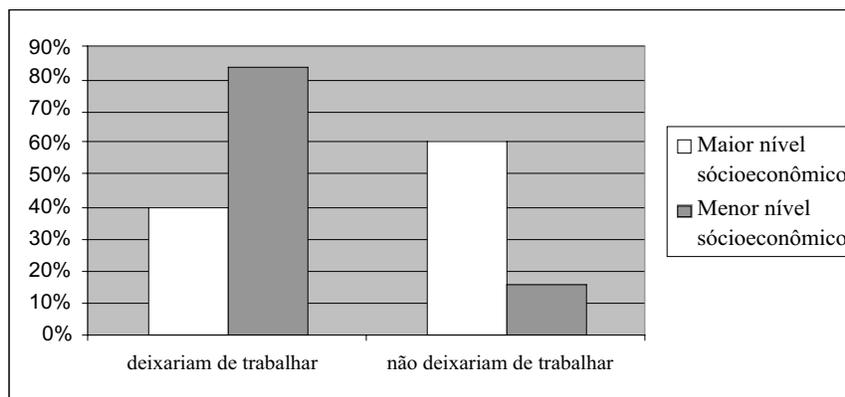
“Com certeza, mas a gente vai pela situação financeira. Acho que toda mãe prefere ficar em casa cuidando dos filhos do que ter que trabalhar e deixar eles com alguém.”

“Sim, porque eles têm uma vida melhor.”

“Senti uma grande tristeza e culpa por pensar que estava deixando ele sozinho.”

Com essas respostas, fica claro o quanto os valores culturalmente aprendidos estão presentes e acabam por gerar sentimentos de culpa.

Figura 1: Percentual de mães que deixariam ou não de trabalhar para cuidar de seus filhos.



2. *Ansiedade e medo de que algo ruim possa acontecer à criança durante sua estadia na creche.* Algumas mães afirmaram que sentem medo de que seu filho sofra violência física ou mesmo psicológica, não seja bem alimentado, que outras crianças o machuquem, que sofra algum traumatismo, que a professora não seja atenciosa, ou seja, que algo muito ruim aconteça à criança no período em que seu filho fica na creche. Esses sentimentos de ansiedade e medo foram relatados por 19% das mães de maior nível socioeconômico e por 29% das mães de menor nível socioeconômico, como mostram os depoimentos a seguir:

“Achava que não tava fazendo o papel de mãe. Não sentia confiança. Tinha receio de que ela não fosse bem atendida. Que não tivesse os cuidados que eu daria. Ela tomava medicamentos e tinha que ser cuidada.”

“Eu sinto medo de alguém entrar e roubar ela, alguma coisa que faça mal, entre todos roubarem ela. Não desmerecendo as outras crianças, mas ela é minha, ninguém pode fazer nada com ela.”

“Uma dor horrível, medo de que eles seriam mal cuidados, medo de se machucarem, de roubarem eles ...acho que de tudo o que podia me afastar deles.”

3. *Angústia:* das mães de maior nível socioeconômico, 48% sentiram-se angustiadas em deixar seus filhos em creches, enquanto que 60% das mães de nível socioeconômico inferior relataram ter sentido angústia que pode ser caracterizada por um sentimento aversivo e difuso que pode estar associado à culpa.

“Ah, senti um aperto no coração, porque eu não sabia se iam cuidar bem dela, sabe? E ela era muito novinha ainda, mas eu tinha que deixar, porque eu tinha que trabalhar.”

“A dor no meu coração foi intensa, né, eu é que precisei me adaptar, eu tive que dei-

...ar. Um dia eu deixei meio dia pela manhã, no outro dia eu deixei meio dia à tarde, no outro dia que eu fui deixar o dia inteiro, mas eu ficava na escola.”

“Nossa! Eu senti um aperto no coração!”

“Quando deixei meu filho pela primeira vez, foi muito triste. Ficar sem ele era como tirar algo de mim. Sentia uma dor no peito e chorava todo dia.”

“Foi difícil deixá-la na escolinha, senti um aperto, vontade de chorar. Preferiria que ficasse juntinho comigo se pudesse. Foram duas semanas ela e eu chorando.”

“Ai...senti um aperto no coração, um medo... senti até vontade de levar ela pra casa de novo...puxa..pensava se ela ia chorar.”

4. *Segurança:* além dos sentimentos aversivos relatados, muitas mães disseram sentirem-se seguras ao deixar seus filhos em creches, pois acreditaram que as crianças fariam amizades, teriam horários rigorosos para tarefas, refeições e recreação. Na maioria das vezes, essas mães procuraram informações a respeito da integridade da creche, o que as fez ficarem tranquilas quanto aos cuidados que seus filhos receberiam. Porém, a porcentagem de mães que relatou esse sentimento é pequena; das mães de maior nível socioeconômico, somente 10,5% afirmaram sentirem-se seguras, e das mães de menor nível socioeconômico, apenas 7% referiram-se a este sentimento de segurança.

“Tranquilidade. Eles são bem cuidados.”

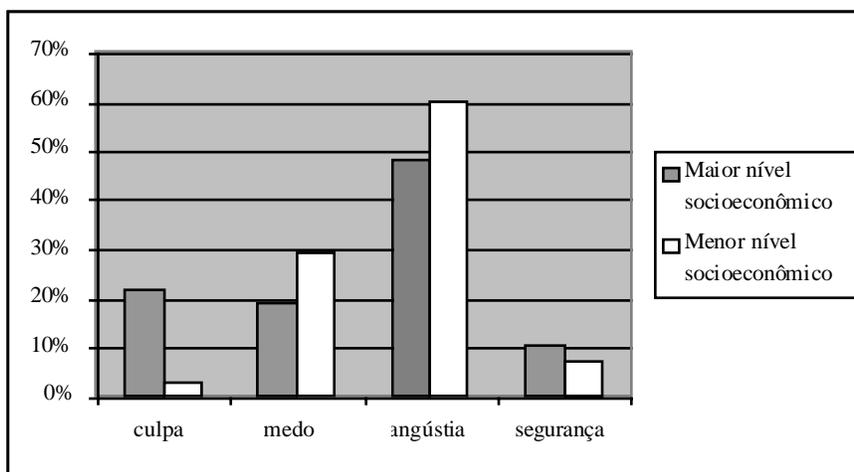
“Acredito que está sendo bem cuidado porque ele está saudável, está comendo bem, não está emagrecendo e gosta de ficar lá, pois não chora.”

“Não senti problema nenhum porque escolhi a creche muito bem e eu vou utilizar o máximo do meu tempo livre com minha filha para compensar quando eu tô longe.”

Tabela 1: Principais sentimentos presentes nas mães ao deixarem seus filhos em creches versus nível socioeconômico.

Sentimentos	Maior nível socioeconômico	Menor nível socioeconômico
Culpa	22,0%	3,0%
Medo que algo ruim aconteça à criança	19,0%	29,0%
Angústia	48,0%	60,0%
Segurança	10,5%	7,0%
Outros sentimentos	0,5%	1,0%
Total	100,0%	100,0%

Figura 2: Comparação entre os sentimentos presentes nas mães que deixam seus filhos em creches com o respectivo nível socioeconômico.



Conclusões

A História tem demonstrado as inúmeras mudanças ocorridas no comportamento e nos valores da humanidade e estes são determinantes na construção das sociedades e dos repertórios comportamentais individuais. Conseqüentemente, é afetada a estruturação familiar, a educação dos filhos, o papel da mulher na sociedade e no lar.

Com efeito, “maternidade” é um termo que se modifica de acordo com o modelo vigente, ligado a mecanismos ideológicos e culturais domi-

nantes em cada época. Portanto, há diferentes modelos de maternidade, baseados em papéis, sempre enaltecidos e defendidos de acordo com os interesses do sistema econômico dominante (Chira, 1998; Motta, 2001).

Na atualidade, a maioria das mulheres trabalha, seja para a sua realização pessoal, seja para colaborar no sustento da casa. A maternidade ainda é vista por muitas delas como um sonho ou um desejo, o que não as impede de desenvolverem a carreira profissional já que existem várias alternativas que possibilitam conciliar essas duas funções: filhos *versus* trabalho.

As creches são uma alternativa, mas, ao deixar seus filhos, muitas mães sentem-se culpadas, pois surge um conflito entre os seus desejos e o que a sociedade espera que realizem. Cabe ressaltar que, se a criança pequena não se interessasse em interagir com seus pares e não obtivesse dessa interação qualquer vantagem para seu desenvolvimento, seria de fato um erro colocá-la desde cedo em creches onde grande parte das interações se dá entre pares. Todavia, isto não é o observado, a criança interage com seus iguais e tem prazer nessa relação de amizade, como sugeriram Carvalho e Padovani (2000), Chira (1998), Kude (1994), Lordelo (2002) e Rapoport, Rapoport & Piccinini (2001). Além disso, em 1996, com a promulgação das Leis de Diretrizes e Bases, definiu-se que a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A lei reconhece que a creche não é apenas uma instituição para a mãe deixar a criança enquanto trabalha, mas um centro que participa e compartilha com a família e comunidade, o desenvolvimento integral das crianças (Rossetti-Ferreira, 1999). Segundo Kude (1994), a pesquisa científica deve abandonar a ênfase exclusiva na figura da mãe, e verificar também a importância de outras interações sociais para o desenvolvimento infantil.

Conclui-se que deixar os filhos em creches ainda provoca um forte conflito aproximação-esquiva. A decisão (ou necessidade) em deixar o filho em creche traz conseqüências positivas como realização profissional e/ou remuneração financeira. O cuidado do filho por outros que não a mãe é visto culturalmente como inadequado e passível de conseqüências negativas ao desenvolvimento da criança. Esta situação provoca sentimentos de medo e insegurança para a maioria das mães que deixam seus filhos em creches. No entanto, a condição aversiva condicionada de culpa aparece mais fortemente associada às mães de nível socioeconômico elevado que almejam realização profissional, apesar de reconhecerem as qualidades socializadoras da creche. Para as mães de nível socioeconômico baixo, trabalhar é uma questão de sobrevivência e não de escolha e, portanto, não gera tantos sentimentos de culpa.

Referências

- Badinter, E. (1985). **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bardin, L. (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.
- Bilac, E. D. (1985). Família: algumas inquietações. *In*: Carvalho, M.C.B. (Org.). **A família contemporânea em debate** (pp.29-38). São Paulo: EDUC.
- Carvalho, M., C. & Padovani, F. H. (2000). Agrupamentos preferenciais e não preferenciais e arranjos espaciais em creches. **Estudos de Psicologia**, 5(2), 443-470.
- Carvalho, M. C. B. (Org.). (1995). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC.
- Cervený, C. O. & Berthoud, C.M. (1997). **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Chira, S. (1998). **A mother's place**. New York: Harper Collins.
- Hrdy, S. B. (2001). **Mãe Natureza: uma visão feminina da evolução, maternidade, filhos e seleção natural**. São Paulo: Campus.
- Houaiss, A. (2001). **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Carvalho, M. C. B. (1994). A priorização da família na agenda da política social. *In*: Kaloustian, S.M. **Família brasileira: a base de tudo** (pp. 93-108). São Paulo: Cortez.
- Kude, V. M. M. (1994). O Mito da culpa materna. *In*: Cardoso, R. (org). **É uma mulher...** (pp. 123-137). Petrópolis: Vozes.
- Lordelo, E. R. (2002). Interação social e responsividade em ambientes domésticos e de creche: cultura e desenvolvimento. **Estudos de Psicologia**, 7(2), 343-350.
- Motta, M. A. P. (2001). **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. São Paulo: Cortez.
- Perrot, M. (Org.). (1995). Dramas e conflitos familiares. *In*: Perrot, M. (Org). **História da vida privada 4: da revolução francesa à primeira guerra** (pp. 263-285). São Paulo: Companhia das Letras.

Rapoport, A. (2003). **Da gestação ao primeiro ano de vida do bebê: Apoio social e ingresso na creche**. Tese (de Doutorado do Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS). Porto Alegre, RS: 2003.

Rapoport, A., Rapoport, P. & Piccinini, C. (2001). Concepções de educadores sobre a adaptação de bebês à creche. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, 17(1), 69-78.

Rodrigues, M. M. (2000). Quem tem mãe tem tudo: os pais e o desenvolvimento de crianças e jovens. In: Novo, H. A. & Menandro, M. C. S. (Orgs). **Olhares diversos: estudando o desenvolvimento humano** (pp.143-156). Vitória: CAPES/PROIN.

Rossetti-Ferreira, M. C. (1999). Creches com qualidade para a educação e o desenvolvimento integral da criança pequena. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 17(2), 64-69.

Rossetti-Ferreira, M. C., Amorim, K. S. & Vitória, T. (1994). A creche enquanto contexto possível de desenvolvimento da criança pequena. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, 5, (35)-40.

Santos, F. M. & Moura, M. L. (2002). A relação mãe-bebê e o processo de entrada na creche. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 22 (2), 88-97.

Sousa, S. G. & Rizzini, I. (2001). **Desenhos de família**. Goiânia: Cênone Editorial.

Trindade, Z. A. (1998). Concepções de maternidade e paternidade: o convívio atual com fantasmas do século XVIII. In: Souza, N.; Freitas, M. F. Q. & Rodrigues, M. M. P. (Orgs.). **Psicologia: Reflexões (Im)pertinentes** (pp. 129-155). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Trindade, Z. A., Andrade, C. A. & Souza, J. Q. (1997). Papéis parentais e representações da paternidade: a perspectiva do pai. **Psico**, 28 (1), 207-222.

Zamberlan, M. A. & Alves, Z. M. (1997). **Interações familiares: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção**. Londrina: Editora UEL.

Recebido em /Received in: 30/07/2005

Aprovado em/Approved in: 09/11/2005